



## **COMUNICADO DE IMPRENSA**

## A COICA reafirma a liderança indígena na COP30 e exige decisões concretas para a segunda semana do evento.

Durante a primeira semana da COP30, a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) desempenhou um papel ativo e decisivo, levando à mesa de negociações a voz das comunidades que vivem e coexistem com a floresta, cuidando dela e sustentando a vida no seu dia a dia. Suas propostas buscam assegurar a participação plena, efetiva e vinculativa dos povos indígenas nas decisões climáticas globais. A proposta baseia-se em evidências territoriais, jurídicas e científicas e responde à emergência enfrentada pelas famílias e comunidades amazônicas, cujos territórios – mais de 86% do bioma – já sofrem as consequências das atividades extrativistas, segundo o relatório Amazônia em Perigo de Extinção (2025).



Durante diversas intervenções em sessões plenárias, eventos paralelos, diálogos técnicos, reuniões bilaterais e conferências de imprensa, a COICA exigiu:

- Acesso direto aos fundos climáticos, por meio de mecanismos específicos e operacionais no Fundo Verde para o Clima (GCF), no Fundo de Adaptação e no Fundo de Perdas e Danos, para que os fiquem retidos recursos não em intermediários e cheguem àqueles que cuidam floresta da em suas comunidades.
- Salvaguardas obrigatórias baseadas no Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)
  e em sistemas indígenas de monitoramento e governança, respeitando a autoridade e
  as normas que as comunidades aplicam para proteger seu território e as gerações
  futuras.
- Proibição total e permanente de atividades extrativas nos territórios de Povos Indígenas em Isolamento e Primeiro Contato (PIACI), garantindo sua intangibilidade imediata, visto que essas populações vivem em isolamento voluntário e qualquer intervenção externa coloca em risco suas vidas e cultura.

## **COMUNICADO DE IMPRENSA**

• Inclusão de indicadores interculturais no Objetivo Global de Adaptação, refletindo o que significa viver bem na floresta: saúde da floresta, segurança alimentar baseada em práticas ancestrais, transmissão da cultura, monitoramento comunitário e participação territorial efetiva.



 Reconhecimento do Fundo Amazônico para a Vida (FAV) como um mecanismo legítimo e territorial para canalizar financiamento com governança indígena direta, alinhado com necessidades reais e não com agendas externas.

A COICA lembrou que, embora os povos indígenas cuidem da floresta, protejam a água, conservem sementes e sustentem a biodiversidade que beneficia o planeta, eles recebem menos de 1% do financiamento climático global. Portanto, exigiu mecanismos reais de acesso direto e sem intermediários que priorizem investimentos em soluções lideradas pelas próprias comunidades amazônicas.

Antes da segunda semana de negociações, a COICA apela para que a Decisão 1/COP30 traduza essas prioridades em mandatos vinculativos e não apenas em declarações. As vozes indígenas não são consultivas: são essenciais para a legitimidade, a eficácia e a justiça climática.





